

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

## Vida Urbana

### O difícil dilema da interdição

Recife, domingo, 2 de outubro de 2011

---

Diretora da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro), Erivânia Camelo tem acompanhado de perto a situação dos matadouros do estado. Sob seu comando, fiscais de defesa agropecuária fazem um verdadeiro “raio x” destes locais através das inspeções que realizam. Do ano de 2010 até agosto de 2011, a Adagro emitiu 62 laudos de vistoria. Destes, foram sugeridas 29 interdições, mas na prática elas nem sempre acontecem. O matadouro localizado em Nazaré da Mata é um desses que deveria estar fechado (laudo emitido no dia 29 de abril deste ano), no entanto, continua funcionando.

A situação precária dos matadouros de Pernambuco, segundo Erivânia, tem atravessado governos. “Há muito tempo os matadouros existem e não atendem à legislação. Há dois casos emblemáticos: o matadouro de Ibimirim foi inaugurado em 2006 pelo então governador Mendonça Filho, mas teve que ser interditado no mesmo dia por ter sido instalado próximo ao poço da cidade. E o de Gravatá, inaugurado no mesmo ano, mas que só ficou pronto no último dia 19”.

O grande problema, de acordo com Erivânia, é que as prefeituras não apresentam projetos de construção ou reforma dos matadouros para a Adagro. E então, quando a fiscalização chega, ainda encontra o obstáculo da estrutura antiga, como ocorre na cidade de Bonito, onde o matadouro foi construído em 1963. Além disso, as adequações sugeridas pela agência acabam custando um alto preço à gestão municipal. “É mais fácil riscar linhas que derrubar paredes”, opinou Erivânia, salientando que o custo-benefício de um novo projeto é maior do que adequar uma estrutura antiga. O de Ibimirim, por exemplo, teve o custo da adequação estimado pela Secretaria estadual de Agricultura em R\$ 150 mil.

Para Erivânia, a iniciativa de regionalizar os locais de abate, além de proporcionar condições ideais de funcionamento, ainda promove impactos positivos na saúde pública e no meio ambiente. Isso também atenuaria o “dilema” entre a interdição dos matadouros - consequentemente, a indução da matança clandestina - e a liberação de funcionamento atrelada às adequações dos espaços. “A escolha é entre interditar e ver o abate sendo feito embaixo de um pé de árvore, ou permitir que continuem funcionando com ajuste de conduta. Fechando, eu não tenho como oferecer alternativas”.

Entre as responsabilidades da Adagro está a de “promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle, a inspeção e a fiscalização de produtos de origem agropecuária, competindo-lhe interditar, por descumprimento de medida sanitária, profilática e preventiva, estabelecimento público ou particular”. Diferente do que alguns gestores pensam, também cabe à Adagro a aplicação de multas e sanções aos infratores da lei, além de decretos, portarias e normas.

Mas a agência não trabalha sozinha. É vital a participação do Ministério Público e suas coordenadorias no trabalho de fiscalização. Através de ações civis públicas, inquéritos, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e ações de interdição estes órgãos cumprem o seu papel e reforçam o cuidado com a população que consome a carne bovina no estado.

Amanhã, os procedimentos de abate de bois no interior de pernambuco.

## Como se fossem clandestinos

Recife, domingo, 2 de outubro de 2011



O brasileiro consome, em média, 35kg de carne bovina por ano, segundo estudo da Consultoria Informa Economics FNP para o ano de 2010. O que pouco se analisa, no entanto, é a qualidade da carne que vai para a mesa da população. No interior do estado de Pernambuco isso é um problema. O alimento já é contaminado no primeiro estágio, o abate do boi, e segue de forma inadequada no transporte e na comercialização. O levantamento realizado este ano pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro) mostra um número alarmante: dos 156 matadouros existentes no estado, 83% não dispõem de condições mínimas de funcionamento.

O assunto chamou a atenção do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que criou o Programa Carne de Primeira, com o objetivo de realizar ações para reverter o quadro e proteger os pernambucanos do consumo da carne contaminada. As inspeções realizadas pela Adagro verificaram que apenas 4 dos 156 matadouros obedecem aos critérios de localização, origem e tratamento da água, condições higiênicas, abate humanitário do animal, equipamentos, qualificação de pessoal, transporte da mercadoria e tratamento de resíduos. São eles: Paulista, Paudalho, São Lourenço e Parnamirim.

A proximidade do quantitativo de matadouros, 156, com o número de municípios no estado, 185, mostra

que há uma questão política envolvendo o assunto. Na cidade de Nazaré da Mata, por exemplo, a recuperação do matadouro foi promessa de campanha. O entendimento é que dá “status” para o município ter abatedouro próprio, além de promover a geração de empregos. A realidade, porém, é outra. As prefeituras responsáveis pelos matadouros, em sua grande maioria, não possuem recursos para manter adequadamente esses espaços e, ao abandoná-los, deixam os estabelecimentos à mercê dos marchantes (proprietários dos bois) e dos funcionários que seguem realizando os abates para suprir as necessidades da população.

Para combater o que mais parece uma “clandestinidade oficializada”, o governo do estado tem um projeto de regionalização dos matadouros, que consiste em concentrar o abate em uma determinada região e dela abastecer os municípios vizinhos. Tal ação já está em curso e pretende reduzir os locais de abate para 56. Já são regionais os matadouros de Paudalho, Escada, Ribeirão, Barreiros, Palmares, Caetés, Quipapá e Itambé. Acontece que, enquanto os municipais não são fechados, os bois continuam sendo abatidos em péssimas condições e sem perspectiva de adequação. Muitos prefeitos justificam que seria “jogar dinheiro fora” investir em algo que será fechado. E mais uma vez a população é prejudicada.

## **Escatologia**

No município de Bonito, Agreste pernambucano, o procedimento de abate, corte e separação da carne bovina, bem como a higiene do local, estão longe do nome ostentado pela cidade. A primeira evidência que há algo sendo feito de forma errada são os urubus que passeiam fora e dentro das instalações. Um funcionário confirma: não há tratamento dos resíduos líquidos e sólidos e os mesmos são jogados a céu aberto e cobertos com cal.

A grande área da triparia é o retrato da contaminação. O bucho do boi é colocado no chão, onde é feita a separação das vísceras que se misturam com as fezes contidas no intestino do animal. No mesmo minuto que funcionários pisam nos dejetos e sujam outros locais, novos buchos são trazidos em carros de mão e despejados novamente no chão. Para se ter uma ideia, durante a visita do Diário ao local, o veterinário Márcio José de Andrade reconheceu que a prática está errada, enquanto o administrador afugentava um cachorro que lambia um dos pedaços de carne pendurados.

No centro da cidade, a expectativa dos comerciantes é a construção de um novo açougue. A previsão de conclusão da obra é até o final do ano, e ele representará o fim da venda das carnes em estandes de madeira no meio da rua e também o fechamento do antigo açougue público da cidade. Ignorando a condição de contaminação submetida à carne que vende há mais de 30 anos, o comerciante Ademar Portela, o “Dema”, afirma: “A carne de Bonito tem tradição, moça. O povo do Recife e Jaboatão vem comprar aqui”.

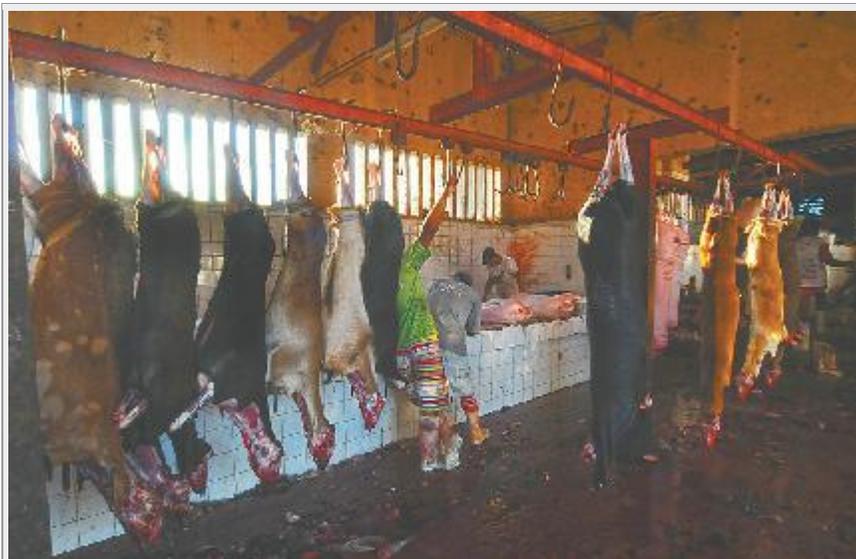
# Processo errado, contaminação certa

Ana Luiza Machado

**Recife, segunda-feira, 3 de outubro de 2011**

Desabastecimento d'água não impede o abate, apesar dos litros de sangue que se espalham nos matadouros e da exposição das vísceras e vômito dos animais

“Para que um matadouro funcione é preciso que ele seja sustentado por três pontos: consumidor, higiene e inspeção sanitária.” A frase é de Paulo Foerster, médico veterinário e membro da comissão de inspeção e tecnologia da carne, parceira do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O que se vê na prática, no entanto, é que a higiene passa longe da imensa maioria dos matadouros do interior do estado e que a inspeção sanitária só existe no papel.



Em quase todo o estado, a marreta é o instrumento utilizado para o abate, quando o correto é o uso da pistola pneumática. Imagem: TERESA MAIA / D. A PRESS

É difícil conceber a ideia de que a falta de abastecimento d' água não seja um impedimento à realização dos abates bovinos em muitos municípios pernambucanos. Cada boi abatido jorra em média 9 litros de sangue que se espalham na sala da matança, já que muitos matadouros não possuem as canaletas de sangria para captação. Pior, a inexistência da área de vômito e a exposição do conteúdo intestinal dos animais, sem a água para fazer a limpeza, tornam o ambiente impróprio para qualquer tipo de atividade, principalmente a alimentar.

De acordo com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro), são exigidos de 600 a 6 mil litros de água por cabeça de boi. Para compensar a falta e não deixar a matança parar, algumas prefeituras compram caminhões pipa, outras improvisam guardando água em reservatórios de PVC, galões reaproveitados de tinta e baldes. Esse cenário foi visto em cinco das sete cidades que o Diário visitou: Limoeiro, Nazaré da Mata, Bonito, Arcoverde e Pesqueira. Nesta última, ao encontrar blocos de fungos na água armazenada, ouvimos de um funcionário, na tentativa de tranquilizar os visitantes, que a água não era usada para lavar as carnes, “só o ambiente”.

Em quase todo o estado, o instrumento do abate utilizado é a marreta, descumprindo a instrução normativa nº3/2000 do Ministério de Agricultura que proíbe “qualquer ato ou uso de instrumentos agressivos a integridade físicos dos animais”. Para o abate humanitário, é exigido o uso da pistola pneumática que deixa o boi inconsciente permitindo que seja abatido sem a sensação de dor. No entanto, como o custo da pistola é considerado alto (de R\$ 3 a 5 mil) apenas os abatedouros de Paudalho, Paulista e São Lourenço da Mata possuem. Nazaré da Mata fez a compra da pistola e da vestimenta adequada para os funcionários recentemente, depois que a reportagem visitou o local.

A ausência de veterinários nos dias de matança, em algumas cidades, também contribui com o aumento das irregularidades nos abatedouros. A presença desses profissionais é imprescindível, já que são responsáveis pela inspeção ante-mortem e post-mortem, ou seja, quando o animal chega aos currais e após o abate. “Os municípios que não possuem veterinários e botam nas carnes o carimbo de inspeção estão dando legalidade ao que é ilegal. Desconheço legislação municipal que trate da inspeção no abate, por isso a situação está desse jeito”, comentou Foerster, que há 10 anos realiza um levantamento sobre matadouros.

# Um problema sem solução

Recife, segunda-feira, 3 de outubro de 2011

---

Sobre o fato de que 83% dos matadouros de Pernambuco não possuem condições mínimas de funcionamento não há controvérsias, mas as soluções para o problema estão longe do consenso. A iniciativa de interdição esbarra no receio de que a região seja abastecida por carnes clandestinas. Com isso, as inspeções e laudos realizados pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro), muitas vezes requisitados pelo Ministério Público do estado (MPPE), terminam mais sendo motivo de constrangimento para os administradores e as prefeituras do que forçam os gestores a realizarem as adequações requisitadas.

No matadouro de Arcoverde, por exemplo, o fiscal da Adagro Evandro Cavalcanti, que acompanhou a reportagem, precisou lembrar sua função para que seu acesso fosse liberado. Já a entrada da equipe de reportagem precisou ser autorizada pelo secretário municipal interino de Agricultura, Renato Campos. O fato de não ter havido mudanças significativas no matadouro de 8 de fevereiro de 2007, data do último laudo realizado pela agência, até o dia da visita do Diário, 16 de setembro deste ano, explica um pouco a “receptividade” dos seguranças.

“Esse matadouro é totalmente fora do padrão”, reconheceu o secretário Renato Campos. Segundo ele, a promessa de construir um novo espaço em seis meses partiu do secretário de Agricultura do estado, Ranilson Ramos. O detalhe é que desde 2007 o projeto vem sendo aguardado. “Tendo em vista a construção de um novo matadouro, não sugerimos o fechamento, mas adequações. O simples fechamento acarretaria a indução da matança clandestina...”, diz a conclusão do laudo.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caop Consumidor, do MPPE), Liliane Fonseca, não acha que a interdição induz necessariamente ao abate clandestino. “É melhor interditar e acelerar o programa de regionalização dos abatedouros do que colocar em risco a saúde da população. O MPPE recomenda, mas quem tem poder de polícia é a Adagro, portanto, é esse órgão que precisa agir com mais veemência”.

Amanhã, o impacto ambiental do abate irregular e a vida no entorno dos matadouros.